

1 **Ata da 10ª reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde – C.M.S.** Aos cinco dias do mês de julho de
2 dois mil e onze, às dezoito horas, na Sala de Reuniões do Conselho Municipal de Saúde, situada na Rua XV
3 de Novembro, nº 120, sala 03, na cidade de Ponta Grossa, realizou-se a décima reunião ordinária do CMS de
4 Ponta Grossa, estando presentes os Conselheiros Titulares e Suplentes conforme lista de presença anexa.
5 Verificada a presença de quorum, o presidente Sergio Ferreira Doszanet assumiu e procedeu à abertura dos
6 trabalhos, cumprimentando a todos os presentes, conselheiros e participantes. Partindo para primeiro Item. **1.**
7 **Aprovação das Atas da 8ª e 9ª reunião ordinária:** 8ª ata aprovada. A 9ª ata aprovada com a ressalva feita
8 pelo presidente Sergio Doszanet solicita que seja retirado “do Paraná” na linha 17. O conselheiro José dos
9 Passos Neto solicita que os indicadores de metas apresentados na última reunião, tanto do Estado como do
10 Município, fosse fornecido para cada um dos conselheiros. Fala ainda que ficamos discutindo o dia a dia e não
11 estamos vendo os indicadores, se esta melhorando a mortalidade, a natalidade. Que é isso que a gente tem
12 que observar, isso é o reflexo de uma boa administração. O presidente fala que vai solicitar para a Srª Darlene
13 cópia e vai ser enviado para todos os conselheiros. **Leitura dos ofícios recebidos e enviados.** Feita a leitura
14 dos ofícios recebidos e enviados pela 1ª Secretária, Juliana de Jesus Maciel e a 2ª secretaria, Rosangela Maria
15 Pompeu dos Santos. **Encaminhado para a Comissão municipal de Atenção Básica:** processo
16 1500366/2011, processo 1500364/2011, processo 1500361/2011, processo 1500372/2011, processo
17 1190063/2011, processo 1500369/2011 e o Plano Diretor de Vigilância Sanitária de 2011. **Ordem do Dia.**
18 **Análise e questionamento, com objetivo, a votação de edital de Contratação de Laboratório Geral Doutor**
19 **Alfredo Berger.** Apresentação de prestação de contas ao 1º semestre de 2011 do Plano de Ações e Metas do
20 programa Municipal de DST/AIDS (PAM). **2.1. Análise e questionamento, com objetivo, a votação de**
21 **edital de Contratação de Laboratório Geral Doutor Alfredo Berger.** A Srª Vivian Gaidarji de Moraes
22 fala que a proposta de edital já foi apresentada na reunião do dia dez de maio, que vai apresentar novamente a
23 mesma proposta de licitação de empresas especializadas na prestação de serviços na área de análises
24 clínicas para atender as necessidades do Município de Ponta Grossa incluindo o fornecimento do material para
25 a coleta, transporte do material biológico, fornecimento de equipamentos, insumos, treinamento aos
26 funcionários de coleta já existentes bem como treinamento dos funcionários da empresa no sistema de
27 informatização da Secretaria. A justificativa dessa contratação é a economia de custo operacional, agilidade no
28 fornecimento das coletas de exames e oferecimentos dos resultados, insumos e equipamentos adquiridos por
29 licitação o que atrasa os exames, manutenção de equipamentos de máquinas, unidades que serão
30 beneficiadas pelo contrato: unidades básicas de saúde, unidades da estratégia da família, centro de atenção a
31 saúde (CAS), unidade de pronto atendimento (UPA), centro municipal de especialidades (CME), centro
32 municipal da mulher (CMM). Valores dos exames do edital, lançados na tabela SUS, sendo critério de
33 julgamento a empresa que oferecer o maior desconto em cima da tabela do SUS, média mensal de exames (é
34 o que se tem hoje), valor total de exames mensal máximo de cento e noventa e cinco mil reais. A empresa que
35 vencer a licitação deve realizar os exames pela tabela do SUS com desconto (empresa que vencer no pregão),
36 fornecer veículos e pessoal para recolher material nas unidades de saúde, fornecer material para coleta às
37 unidades de saúde, os exames deverão ser realizados no próprio laboratório da contratada, os resultados dos
38 exames em até quarenta e oito horas, os exames normais e em quatro horas os emergenciais exceto de
39 cultura e bacterioscopia em setenta e duas horas, fornecer equipamentos e reagentes para a gasometria nos
40 hospitais municipais. Tabela dos comparativos dos gastos que se tem hoje e os gastos que seriam do contrato.

41 Custo total de mão de obra cento e sete mil, cento e oitenta e quatro reais hoje, laboratório central sessenta e
42 sete mil e duzentos reais e do hospital municipal trinta e nove mil, novecentos e oitenta e quatro reais. Os
43 contratos do laboratório dão em torno de cento e sessenta e sete mil, duzentos e quarenta reais. Esses que
44 são os nove contratos que fornecem materiais, insumos e reagentes do laboratório. Total de contratos que a
45 Secretaria Municipal já tem: cento e sessenta e sete mil, duzentos e quarenta reais. Material de consumo, vinte
46 e dois mil setecentos e oitenta e cinco, equipamentos em consignação, gastos gerais trinta mil, total dá
47 trezentos e vinte e sete mil duzentos e nove reais. Isso é o mínimo que se tem de gasto mensal do laboratório.
48 Às vezes tem mês que acrescenta um pouco mais. A proposta de edital vai ser de duzentos e oitenta e sete
49 mil, cento e oitenta e quatro reais, valor da empresa cento e oitenta mil e valor de mão de obra remanescente
50 cento e sete mil reais. Se fizermos as contas do que se tem de gastos hoje para o que vai ter com o contrato
51 dá uma economia mensal de quarenta mil e vinte e cinco reais. O presidente abre para questionamento. A
52 conselheira Rosângela fala que está passando por uma situação difícil de saúde e se internou com emergência
53 no Pronto Socorro e lhe pediram uma bateria de exames, ficou inconsciente dois dias e quando acordou estava
54 na Santa Casa e lá teve que fazer os exames tudo de novo. A Sr^a Vivian responde que a Santa Casa tem o
55 mesmo sistema mas não é interligado com o Pronto Socorro. O conselheiro Dr. Carlos Marques fala que isso é
56 de praxe, o médico solicitar novamente os mesmos exames. É uma questão comum e ético. O conselheiro
57 Jefferson Leandro Gomes Palhão pergunta quantos exames são feitos hoje. A onde vão ser alocados os
58 funcionários, muitos deles presentes aqui. Sra. Jaqueline diz que todos vão para o Pronto Socorro e que são
59 cinquenta e cinco mil exames. Complementa dizendo que tem o Hospital Municipal, Hospital da Criança a não
60 ser que o Estado que está em negociação com o Município). Quanto tempo chega às unidades de saúde. A Sr^a
61 Jaqueline responde que tem em média três dias, às vezes se tem deficiência em algum equipamento. O
62 conselheiro Jefferson fala "Sr. Presidente, o contrato tem noventa e cinco páginas, chegou ao Conselho ontem
63 à tarde, o contrato tem coisas complexas que tem que ser analisadas, como os funcionários vão ser
64 remanejados. O conselheiro Sergio Doszanet pergunta se eles reuniram os funcionários e falaram o que está
65 acontecendo, o porque, aonde eles vão. Se vocês não se reuniram com os funcionários (sra. Jaqueline
66 responde que não), que são a parte principal do laboratório porque pode se ter todos os equipamentos mas se
67 não tiver funcionário não adianta ter equipamentos, então é uma falha da Secretaria Municipal de Saúde. O
68 conselheiro José dos Passos Neto pergunta quantos profissionais de nível superior tem. Fala que dois anos
69 atrás tinha mais quatro de oito horas e foram devolvidos para o Estado e não se sabe o motivo, não se abriu um
70 processo administrativo contra eles e simplesmente se devolveu, então tinha mais mão de obra grátis e se
71 desprezou, se perdeu e não foi recuperado. Pergunta se o administrativo ainda digita os exames. A Sr^a
72 Jaqueline responde que hoje tem quatro bioquímico de quatro horas e três de oito horas. Que estamos com
73 um quadro a mais de digitação do que a um ano atrás, mas precisa interfaciar os equipamentos até pela
74 questão de contabilidade com custo, como disposição do pessoal para fazer outras coisas que e diminuição de
75 erros também. O conselheiro José dos Passos Neto fala para os conselheiros que interfaciar é o resultado do
76 exame analisado pelo farmacêutico sair do aparelho e vai direto cair na unidade de saúde onde o médico tem
77 uma senha e tem acesso ao pedido do exame, resultado, mas isso não existe em Ponta Grossa. Pergunta
78 também que prejuízo é esse que a Secretaria de Saúde diz que tem? De onde vem o dinheiro para pagar o
79 laboratório. A Sr^a Jaqueline fala que o dinheiro que vem é verba FAE (Fundo de Assistência Especializada alta
80 complexidade máxima). O conselheiro Marcos Levandoski pergunta se vocês falam que tem teto de exames

81 até cinqüenta e cinco mil e se passar este teto ou diminuir passa pelo contrato. A Sr^a Vivian Gaidarji de Moraes
82 fala que é pago por exame estes sessenta mil é pago por exames e se ultrapassar pode colocar um aditivo até
83 vinte por cento. O conselheiro Marcos Levandoski fala que o pensamento do gestor não esta no funcionalismo
84 público e no atendimento público. Esta nas melhorias de gastos porque isso vai representar menos gastos, diz
85 que esteve em visita lá e que tem muitos aparelhos que são do Ministério da Saúde, agora para onde vão
86 estes aparelhos. O município vai montar outro laboratório fora, os funcionários vão para onde pois o hospital da
87 criança não pode porque já é contratado e no hospital municipal ninguém sabe. O conselheiro Paulo Facin fala
88 que a justificativa maior é que dos problemas de licitação é a manutenção de equipamentos a questão é a
89 seguinte acha que a gente deveria pensar se é possível em se adiantar o processo de licitação se cobrar de
90 quem é essa responsabilidade de fazer o serviço de licitação em tempo hábil e prever também a questão de
91 manutenção dos equipamentos a menos que se torne impossível se não daqui uns dias a gente vai ter um
92 funcionário, só o prefeito que não é terceirizado porque toda a prefeitura trabalha com licitação em todos os
93 setores e se isso for argumento para terceirizar então fecha a prefeitura, não precisa mai. Vamos para o
94 neoliberalismo mais puro que tem e vamos pagar tudo do nosso bolso para o empresário. A Sr^a Vivian de
95 Moraes faz uma correção dizendo que não falou que este contrato seja importante pela demora dos exames
96 feito pelo funcionário. A vantagem deste contrato é em relação ao custo que hoje a gente tem um gasto de
97 quarenta mil no mínimo por mês e as questões do tempo da liberação de exames que eu coloquei que esta
98 prevista até quarenta e oito horas. O conselheiro Paulo Facin fala dos insumos e equipamentos adquiridos por
99 licitação que atrasam os exames se isso dentro da justificativa, cinco mil de diferença de exames pra quem já
100 faz cinqüenta e cinco mil. A preocupação nossa não é economizar dinheiro da prefeitura ainda mais aqui para
101 uma cidade como Ponta Grossa que tem um grande parque industrial, uma área rural tão grande, tem uma
102 economia forte em todas as áreas, trinta e sete mil reais como justificativa para terceirizar, têm funcionários
103 que não estão contentes com essa proposta, deve existir um bom convívio das pessoas para ter um serviço
104 que seja adequado. Como a gente avalia a qualidade do serviço. Porque você relocar um grupo de
105 funcionários que não estão querendo ir, por outro lado a gente já sabe que todos os serviços que foram
106 terceirizados não foram de qualidade então a nossa administração parece que não esta preocupado com isso.
107 O conselheiro José dos Passos Neto fala que em Curitiba tem um laboratório público de referência para todo o
108 Brasil pois é um laboratório que faz no mínimo 200 mil exames por mês, tudo é terceirizado menos os
109 funcionários que são contratados pela prefeitura com concurso ou outras formas legais de contratação. Uma
110 coisa que a gente sempre discute aqui se o serviço que se deseja terceirizar é próprio do serviço publico ou
111 não é. O laboratório de saúde pública é do serviço público, pode até terceirizar quarenta e nove por cento mais
112 cinqüenta e um por cento é público. Então dentro desse jogo eles conseguiram contratar tudo. Tem motoqueiro
113 que anda na cidade inteira pegando os exames nas unidades de saúde, todos os exames chegam até as dez
114 horas da manhã, este laboratório é num bairro, não esta no centro da cidade para dizer que ele tem a mesma
115 distância e é tudo interfaciado e funciona. O conselheiro Cesar Campagnoli pergunta até que data vai o
116 contrato do Hospital da Criança com o laboratório que é terceirizado. Qual é a media de exames feito. A Sr^a
117 Jaqueline responde que vai até setembro. Fala que paga em media vinte e oito mil e quinhentos mas não
118 lembra quanto é feito. A conselheira Juliana de Jesus Maciel fala que em primeiro momento só quer avisar que
119 vocês como gestores e funcionários municipais aqui presentes que existe uma lei contra assédio moral e nós
120 vamos pegar o nome de todos os funcionários presentes que se eles sofrerem algum tipo de retaliação nos

121 vamos solicitar retratação pelos representantes dos sindicatos. Primeiro quero falar que o serviço deve
122 beneficiar o maior número de indivíduos possíveis e ele beneficiando tem que ter um processo de
123 continuidade. Nós sabemos que do Hospital da Criança que existe muitos aditivos e que pelo amparo legal
124 constitucional que nós temos isso não teve participação do controle social pra esse tipo de projeto. Diz ela que
125 junto com os conselheiros Marcos e Jefferson que foram lá para avaliar e o que ela viu é um laboratório
126 eficiente, que entrega os seus resultados em três dias, que faz seis mil resultados por dia e cinqüenta e cinco
127 mil por mês e beneficia as unidades de saúde, que o ano de dois mil e onze teve dez mil exames a mais que
128 em dois mil e dez. Quando eles chegaram lá no momento uma bioquímica já estava emitindo os laudos para
129 exames que foram colhidos na terça feira e isso é uma eficiência porque nem laboratório particular consegue
130 laudos rápidos. Foi falado que tem nível superior, auxiliar técnico e outros funcionários que trabalham lá, os
131 reagentes que vem junto com o comodato das máquinas, os funcionários não estavam cientes que seriam
132 remanejados para outros lugares, e sabe que isto é anticonstitucional porque tem um estatuto do servidor
133 público que protege o servidor. Relativo aos equipamentos e ao sistema informatizado, viu os computadores
134 trabalhando sem a presença do farmacêutico quando chega o resultado já esta pronto e o comodato paga pela
135 quantidade de uso porque ele tem um teto maximo de hemogramas, entra um subsidio a mais e o pronto
136 socorro faz uso daquele laboratório vinte e quatro horas porque esta interditado e por sinal a sala dez está
137 illicitamente sendo usado e existe ali um aparelho moderno o nome dele é citono de fluxo onde o Ministério da
138 Saúde prevê treinamento, agulhas, reagentes, luvas e com certeza mais alguns subsídios e nós temos aqui um
139 relatório do financeiro, temos o relatório que do plano de gestão prevê sim uma verba do Ministério da Saúde.
140 Fala que teria que ser revisto a questão do contrato do CAS já que ele não está suprimindo as necessidades.
141 Não está prevendo, não sabe como que ele prescreve isso daqui e a questão daqui três dias o que está
142 acontecendo na unidade de saúde, unidades de saúde trabalhando com quem. Com agentes comunitários de
143 saúde no setor administrativo aonde eles não conseguem acessar por falta de capacitação elas não são
144 treinadas para trabalhar no computador e não conseguem imprimir o relatório ou exames o que acontece, uma
145 médica que pega um resultado de exames com trinta dias de atraso o que ela vai pedir novamente um novo
146 exame e assim sucessivamente vai sendo feito, um efeito dominó então cem por cento aprovo o que o
147 conselheiro Neto falou e contratualização não esta previsto por lei, de repente uma complementação aí nós
148 temos que rever, porque o laboratório é ultramoderno. Os funcionários nos trataram muito bem quando nós
149 conselheiros fomos lá, questiona relativo a este contrato que me espantou muito é o comentário da funcionaria
150 Jaqueline que já havia descido na secretaria um conselheiro do Conselho que já tinha resolvido este assunto e
151 isto se tornou uma coisa muito grave e que seja gravado na integra o que eu falei aqui porque se os
152 conselheiros estão indo lá na secretaria Municipal de Saúde fazendo acordos e ela traz isso nós vamos ter
153 que levantar quem foi até lá, porque isso aqui (se refere ao edital de contratualização do laboratório) nos
154 recebemos ontem e eu recebi hoje pela manhã e nós temos que rever porque os funcionários estão como uma
155 bolinha de pingue-pongue e o usuário não pode usar um nariz de palhaço para estar indo na unidade de
156 saúde, se em três dias os resultados estão pronto o laboratório da prefeitura com o custeio total está
157 funcionando cem por cento e parabeniza todos os trabalhadores porque lá eles devem ser respeitados e o
158 usuário também. A Sr^a Jaqueline fala que não é nada contra as pessoas estarem aqui não é isso e em nenhum
159 momento a questão não é prejudicar ninguém. É só esclarecer para que vocês estejam cientes e diz que não
160 falou nada disso que a Juliana falou. A conselheira responde dizendo que ela falou sim e pode perguntar para

161 o Jefferson. A conselheira Paulina Bastos fala que esta questão das unidades que serão beneficiadas pelo
162 contrato tem como informar quando a UPA (unidade de pronto atendimento) vai ser iniciada. A Sr^a Vivian de
163 Moraes responde dizendo que o final da obra é outubro. A conselheira Paulina fala que no caso deste contrato
164 o que será trabalhado nesta UPA dentro desse sessenta mil. Sr^a Vivian responde que esta dentro desse
165 sessenta mil já prevê com a possibilidade de mais vinte por cento. A conselheira Paulina Bastos fala ainda que
166 como não é a primeira vez que foi citado o Hospital Regional que se convida a direção do Hospital Regional
167 para que eles respondam em nome do Hospital Regional. E como você colocou lá Vivian a questão do Estado,
168 quem é Estado neste contrato porque já foi citado em outras reuniões quando foi colocado CAS com
169 participação do Estado, quem é o Estado que estaria recebendo este Hospital e se os funcionários passariam
170 para o Estado. A Sr^a Vivian de Moraes fala que uma negociação que existe em relação ao Hospital da Criança
171 ser passada para a UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa). O presidente diz que pegou este contrato
172 ontem na Câmara. O conselheiro Jefferson Leandro Gomes Palhão do Sindicato dos Metalúrgico solicita o
173 pedido de vistas junto com ele os conselheiros José dos Passos Neto da ASPONFAR, Juliana de Jesus Maciel
174 da CMP, Eliane Freitas do Sindicato dos Funcionários Públicos, Marcos Levandoski da UAMPG, Maura
175 Caetano da 3^a Idade do Santa Paula, Paulo Facin do Grupo Fauna. A Conselheira Vivian solicita que seja
176 votada nessa reunião porque se for negada a terceirização o gestor fará concurso para contratação de
177 servidores. **2.2. Apresentação de prestação de contas ao 1º semestre de 2011 do Plano de Ações e**
178 **Metas do programa Municipal de DST/AIDS (PAM).** O Sr. Diego Rodrigues apresenta a prestação de contas
179 do Plano de Ações e Metas (PAM) do primeiro semestre de 2011. A irmã Silvonete fala que eles se reuniram a
180 onde o coordenador Sr. Diego fez uma apresentação para a Comissão Municipal de DST/AIDS detalhada.
181 Aonde a Comissão Municipal de DST/AIDS aprovou o relatório. O presidente fala que após a apresentação do
182 Sr. Diego Rodrigues e o parecer favorável pela Comissão Municipal de DST/AIDS, coloca em votação para que
183 os conselheiros aprovarem ou não o 1º semestre de 2011 do Plano de Ações e Metas do programa Municipal
184 de DST/AIDS. Aprovado por dezessete votos a favor (por unanimidade). **3. Informes dos Conselheiros:**
185 Marcos Levandoski fala que o CAS de Uvaranas esta com super lotação de atendimento e também os CAS
186 Nova Rússia, Central e Hospital Municipal. Espera que a prefeitura coloque fiscalização para ver o que esta
187 acontecendo porque esta vindo consulta da Nova Rússia para o Centro, do Centro para Uvaranas, mês
188 passado viu o levantamento do CAS de Uvaranas que teve mais de trezentos atendimentos e o que esta
189 havendo no Sistema é falha do PSF, é falha do CAS. Mais um questionamento que a Secretaria de Saúde do
190 Município de Ponta Grossa e o senhor secretario Municipal de Saúde e o senhor Prefeito Municipal que tome
191 providencias o quanto antes porque existe posto de saúde que esta sem entrada para a acessibilidade, o posto
192 do Pinheirinhos que esta desativado há dois anos. A conselheira Maura Caetana fala que na unidade de
193 saúde da Santa Paula conseguiu marcar consulta para o clínico geral para quarenta dias ou ir de madrugada
194 na fila. O presidente fala que ontem (04/07) recebeu da Câmara o projeto de lei que coloca o convenio do
195 objetivo de transferir para a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) o Hospital Dr. Amadeu Puppi que
196 foi analisado pela Comissão de Saúde (Câmara Municipal) e vai entrar em votação nesta quarta-feira (06/07).
197 Diz ainda que gostaria de parabenizar a Juliana, Sueli e Ivone pelo o apoio e a ajuda em todas as pré-
198 conferências dentro do Município que elas não mediram esforços para que isso possa acontecer, elas tiveram
199 junto comigo em todas as pré-conferências e como nós terminamos as pré-conferências dia trinta de junho de
200 2011, não vejo nada mais justo do que agradecer as três pessoas que me ajudaram muito pra que isso

201 acontecesse. O conselheiro Neto fala que se registre em ata a propaganda enganosa em relação ao Hospital
202 Municipal, ao centro cirúrgico que foi interditado e depois quando foi reaberto foi colocado propaganda como se
203 fosse um presente a população. Só que não foi presente porque houve interdição, que já deveria ter sido em
204 outubro do ano passado e só foi ocorrer agora e é por isso que arrumaram, se não a situação seria a mesma
205 de outubro e que essas informações são todas da imprensa. Também fala que não entende o critério que a
206 Prefeitura usa do que vai para a Câmara Municipal ou para o Conselho. Porque vai para câmara dos
207 vereadores aumento do número de médicos, aumento do cargo de Especialistas, a transferência do hospital
208 para outra entidade. E porque não passa para nós (se refere ao CMS). E por último agradece a colega
209 farmacêutica Dr^a Evelyse Moro. Nós avaliamos que de todas as maneiras que ela tentou melhorar a questão
210 do trabalho dos farmacêuticos e dos medicamentos na Gerência de Farmácia e infelizmente ela pediu
211 demissão agora então é só cumprimentar ela pelo trabalho que ela tentou fazer. O presidente encerrou a
212 reunião às vinte horas e trinta minutos.